

## Flexibilização no uso de máscara deve baixar preço do produto na indústria

A flexibilização no uso de máscaras em algumas cidades e estados, incluindo São Paulo, que anunciou o fim da obrigatoriedade em locais abertos nesta quarta (9), deve começar a ser sentida pelo mercado.

Os fabricantes do modelo PFF2 preveem queda no preço médio unitário, que subiu de R\$ 1 para R\$ 1,50 no início do ano com a onda de contaminação pela variante ômicron.

“A oferta está muito grande e, como agora as obrigações de uso estão sendo liberadas, é esperado que os preços caiam um pouco. Mas não tem muito o que cair,

porque o valor já está muito perto do custo”, diz Raul Casanova Júnior, diretor-executivo da Animaseg (Associação Nacional da Indústria de Material de Segurança e Proteção ao Trabalho).

O preço ainda está bem abaixo do registrado no pico da pandemia, quando variou de R\$ 3 a R\$ 9.

Segundo Casanova, a indústria ainda não sentiu queda na demanda. Em janeiro, algumas empresas do setor chegaram a usar toda a sua capacidade de produção, mas o patamar voltou ao normal em fevereiro.

“A nossa orientação é para que a PFF2 seja usada

em locais fechados, e os governos estão liberando para a rua e espaços abertos. Por isso, talvez não tenha um impacto tão grande”, diz.

Nesta quarta-feira (9), João Doria anunciou o fim da obrigatoriedade das máscaras em espaços abertos no estado de São Paulo. A liberação total da proteção pode ocorrer até o final deste mês, segundo o governador.

No Rio de Janeiro, o governo deixou a cargo das prefeituras a decisão até do uso em locais privados. O prefeito Eduardo Paes (PSD) retirou na segunda a exigência para espaços fechados.

Joana Cunha/Folhapress



### Economia



**Governo quer cortar tributo de frete para reduzir custo de combustíveis e fertilizantes** Pág - 03

### Política

**Trava no julgamento da revisão da vida toda foi manipulação pró-governo Bolsonaro, dizem ministros**

Página - 04

**Haddad prepara incursão em SP para atenuar nacionalização de campanha**

Página - 04

**Inadimplência na capital paulista chega a 21,8% em fevereiro**

Página - 03



**Com alta de 46,25% desde o início da guerra, trigo tem recorde histórico; salto já é sentido pelos supermercados**

Página - 05



## No Mundo

### Ucrânia acusa Rússia de bombardear maternidade no sul do país



A Ucrânia acusou a Rússia de bombardear nesta quarta (9) uma maternidade e hospital infantil em Mariupol, porto no sul do país que está sob cerco, durante o cessar-fogo acertado entre os dois lados para permitir a saída de civis da cidade.

Segundo o governo local, 17 mulheres e crianças ficaram feridas no ataque. As imagens disponíveis sugerem que a área ao lado do prédio foi atingida ou por artilharia, ou por aviões. Mulheres grávidas foram removidas no meio do entulho fumegante do lado de fora do edifício, gerando imagens emblemáticas do drama da guerra.

O incidente foi imediatamente usado por Kiev em sua campanha em favor da instauração de uma zona de exclusão aérea sobre o país. A Otan (aliança militar ocidental) se recusa a fazê-lo, porque isso significaria decretar guerra aos russos, que já têm relativa dominância dos céus ucranianos.

“A destruição é colossal. Ataque direto de tropas russas à maternidade. Pessoas, crianças estão sob os escombros”, tuitou o presidente Volodymyr Zelenski, embora as imagens até aqui disponíveis não indicassem essa condição das vítimas.

A Ucrânia diz que 1.170 dos mais de 400 mil habi-

tantes de Mariupol antes da guerra já morreram após a invasão. Em Moscou, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, voltou a dizer que as forças russas não miram alvos civis nesta campanha.

O Ministério da Defesa atualizou alguns números sobre o que diz ter destruído no país vizinho: 90% das pistas de pouso com uso militar, 974 tanques e blindados, 97 drones. Como em toda guerra ativa, não há como checar a acurácia dessas informações, ou daquelas divulgadas em Kiev.

Mariupol é um ponto central da frente sul da guerra de Vladimir Putin.

Igor Gielow/Folhapress

### “Não gastamos o suficiente em defesa”, diz chanceler britânica

A ministra das relações exteriores do Reino Unido, Liz Truss, afirmou que os países do Ocidente não gastaram o suficiente com a defesa nos últimos anos, mas viram o crescimento das capacidades militares da Rússia. Ela estava hoje (9) em Washington, ao lado do secretário de estado americano, Anthony Blinken, em uma coletiva de imprensa.

“Nós recebemos com prazer o anúncio da Alemanha de que vai aumentar os seus gastos [com defesa] e outros países também. Precisamos também aumentar a circulação de informações entre nós. Os Estados Unidos e o Reino Unido têm feito isso, têm compartilhado informações e inteligência. O Reino Unido abandonou suas unidades de informação no final da Guer-

ra Fria. A Rússia não fez isso. Precisamos pensar numa defesa conjunta, em práticas de defesa, informações, para que possamos competir com os russos, estar à frente deles”, afirmou a chanceler.

Quando perguntada sobre a possibilidade da criação de espaços aéreos de exclusão, solicitação feita insistentemente pelo presidente ucraniano, Liz Truss afirmou que a melhor forma de garantir a segurança no espaço aéreo da Ucrânia é continuar enviando armamentos antiaéreos e apoio militar e humanitário. Volodymyr Zelenski, mandatário ucraniano, vem há dias pedindo a criação desse espaço de exclusão aéreo para que aviões de outros países possam sobrevoar a Ucrânia e abater aviões russos que estejam em seu território.

Marieta Cazaré/ABR



### Zelensky pede conversa com Putin e diz estar disposto a fazer concessões



O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, disse, nesta quarta-feira (9), que os ucranianos também estão lutando pelos demais países europeus na guerra com a Rússia. A fala de Zelenski aconteceu quando ele comentava, em entrevista ao jornal alemão Bild, sobre a possível inclusão do país à União Europeia.

“O que está acontecendo conosco agora também pode acontecer com vocês. E isso é muito importante para mim: nós morremos por vocês também”, afirmou Zelenski, ao falar sobre países que não apoiam a Ucrânia na UE.

Zelenski assinou no úl-

timo 28 de fevereiro, quatro dias depois do início da guerra com os russos, o pedido para que a Ucrânia passe a integrar o bloco europeu. Na ocasião, ele pediu para que o grupo admitisse “urgentemente” a entrada do país.

Em votação realizada no dia seguinte (1º), o Parlamento Europeu recomendou que a Ucrânia ganhasse o status de membro da União Europeia. A decisão foi tomada por 637 votos favoráveis, 13 votos contrários e 26 abstenções.

“Os governos que não apoiam nossa adesão à UE apontam para reformas que ainda precisam acontecer. Eles não nos veem como iguais. Ainda tenho muitas

perguntas sem resposta”, disse Zelenski.

Zelenski também afirmou estar disposto a fazer concessões para por fim à guerra, embora não tenha especificado quais. Dentre as exigências impostas pela Rússia para cessar os ataques aos vizinhos está o reconhecimento das repúblicas separatistas de Donetsk e Luhansk, no Leste ucraniano, como territórios independentes.

“A questão aqui não é o que eu posso dar. Em todas as negociações, meu objetivo é acabar com a guerra com a Rússia. E também estou pronto para dar alguns passos”, disse Zelenski.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Governo quer cortar tributo de frete para reduzir custo de combustíveis e fertilizantes



Em meio à escalada nos preços de petróleo e fertilizantes, pressionados pela guerra na Ucrânia, o governo brasileiro planeja um corte na tributação do frete marítimo para tentar reduzir custos de importação.

O Ministério da Economia pretende estabelecer, por meio de um decreto, um corte linear de aproximadamente um terço no Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) - um tributo criado nos anos 1980 para incentivar a indústria naval nacional.

A medida tem custo calculado em aproximadamente R\$ 4 bilhões por ano e não

há necessidade de compensação orçamentária porque a redução poderá ser usufruída por todos os setores. A Lei de Responsabilidade Fiscal só exigiria um balanceamento no caso de o corte tributário ser restrito a um grupo ou segmento.

O AFRMM incide sobre o produto desembarcado nos portos, seja de origem internacional ou de outras regiões brasileiras (por exemplo, por meio da navegação de cabotagem). Apesar disso, praticamente todo o valor arrecadado é oriundo das operações de importação.

Os combustíveis são os que mais contribuem para a arrecadação com o tribu-

to (cerca de 18%), seguidos por cargas transportadas por contêineres (cerca de 17%) e adubos e fertilizantes (cerca de 13%). Outros produtos têm representatividade menor.

A proposta desenhada até agora estabelece um corte linear de 33,9% no AFRMM, sendo que há diferentes percentuais resultantes conforme a origem. Na navegação de longo curso internacional, por exemplo, a alíquota cairia de 25% para 16,5%; na de longo curso nacional, de 25% para 16,5%; na de cabotagem, de 10% para 6,6%.

O AFRMM é considerado pelo Ministério da Economia um tributo que não contribui para a atividade. Fábio Pupo/Folhapress

## Gasolina iria a R\$ 18,22 se petróleo custasse US\$ 300, como disse Putin



O petróleo em patamares recordes vai bater no bolso dos brasileiros, dizem economistas. Pela política de preços da Petrobras, os preços dos combustíveis vendidos aqui no país devem acompanhar a média da cotação do barril no mercado internacional. Se a regra estivesse sendo seguida, o litro da gasolina já deveria estar na casa de R\$ 9, segundo especialistas. E poderia chegar a R\$ 18,22, se o barril chegasse aos US\$ 300, como ameaça o governo russo.

Mas especialistas ouvidos pelo UOL afirmam que o governo brasileiro deve buscar formas de absorver a maior parte dessa valorização do petróleo sobre os combustíveis no Brasil para

## Inadimplência na capital paulista chega a 21,8% em fevereiro

A inadimplência das famílias na cidade de São Paulo chegou a 21,8% em fevereiro, segundo pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP). Segundo a entidade, é o maior nível desde dezembro de 2019, quando 22,2% estavam com dívidas em atraso.

O percentual registrado em fevereiro significa que 872 mil famílias estão com as contas em atraso, um crescimento de 61 mil lares em relação a janeiro (20,3%). Em fevereiro de 2021, o índice de inadimplência na cidade era de 18,2%.

A inadimplência é maior na faixa de renda de até dez salários mínimos, ficando em 26,4%. Entre as famílias que

ganham acima desse patamar, 10,2% têm dívidas em atraso.

O endividamento das famílias cresceu, segundo a Fecomercio, 13 pontos percentuais na comparação entre fevereiro deste ano e de 2021, passando de 59,2% no ano passado para 73% no último mês. Em termos absolutos, são 2,92 milhões de famílias com dívidas na capital paulista.

Entre as famílias que recebem até dez salários mínimos por mês, o endividamento ficou em 76,2% em fevereiro. Nos lares com renda acima disso, 64% têm dívidas.

“Desde o ano passado, o endividamento vem batendo recordes em razão da dificuldade das famílias em manter o consumo, diante do quadro de inflação e desemprego”, analisa a entidade a partir dos dados.

Daniel Mello/ABR



evitar que a inflação ganhe novo impulso e provoque um maior impacto negativo sobre a economia brasileira. Mesmo que isso custe R\$ 200 bilhões neste ano, conforme cálculos do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

O petróleo já vinha subindo de preço desde o ano passado por causa da retomada da atividade econômica. Agora acelerou a alta com a invasão da Ucrânia pela Rússia e reforçou o ímpeto de valorização após os Estados Unidos anunciarem a suspensão das importações do produto russo.

A cotação do barril no mercado internacional já se aproxima de recordes históricos, ao testar o patamar de US\$ 140, com risco de buscar níveis ainda mais eleva-

dos, como ameaça o governo russo, que sinaliza o produto chegando a US\$ 300.

Por causa da política de preços praticada pela Petrobras, os combustíveis no Brasil têm os custos definidos a partir da cotação do barril no mercado internacional. Assim, a valorização do petróleo lá fora acaba chegando às bombas de gasolina aqui no Brasil, explica o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, especialista nos mercados de energia e petróleo.

A política de preços da Petrobras determina os reajustes conforme uma média semanal de preços do barril no mercado internacional. Em tese, os preços mais elevados nas refinarias já deveriam estar valendo.

Folhapress

## Política

### Trava no julgamento da revisão da vida toda foi manipulação pró-governo Bolsonaro, dizem ministros



O pedido de desta que feito pelo ministro Kassio Nunes Marques, do STF, que deve levar o julgamento da revisão da vida toda ao plenário físico, foi interpretado por outros integrantes da corte, em reservado, como uma tentativa de manipular o resultado a favor do governo Jair Bolsonaro.

Por isso, a previsão é que seja colocada em votação uma questão de ordem para manter o voto do ministro Marco Aurélio, favorável aos aposentados do INSS. Esse voto foi apresentado antes de o ministro se aposentar da corte, em julho do ano passado.

Com o destaque, Nunes Marques deve fazer com que o tema saia do plenário virtu-

al e vá para o plenário físico, com a possibilidade de o julgamento da ação recomeçar do zero. Em tese, o voto de Marco Aurélio seria descartado e, em vez dele, votaria o ministro André Mendonça.

Outros ministros têm tentado reverter essa possibilidade com o objetivo de manter o voto de Marco Aurélio.

Nunes Marques e André Mendonça são os dois mais novos ministros da corte, indicados pelo presidente Bolsonaro.

O impacto da revisão da vida toda para as contas públicas preocupa o governo. Na ação, aposentados pedem que todas as suas contribuições ao INSS, incluindo as realizadas antes da criação do real, em 1994, sejam consi-

deradas no cálculo da média salarial para aumentar o benefício previdenciário.

No plenário virtual, o julgamento havia sido favorável aos aposentados. Seis dos 11 ministros votaram a favor do pedido de revisão, indicando a constitucionalidade da tese. Cinco deles foram contrários à correção, após relatório do governo indicando que haveria gastos de R\$ 46 bilhões em dez anos se a medida fosse aprovada.

O destaque de Kassio Nunes Marques foi feito a menos de 30 minutos do prazo final do julgamento no plenário virtual -ambiente em que os ministros podem incluir os seus votos quando um processo é pautado.

José Marques/Folhapress

### STF julga afrouxamento da Ficha Limpa; ação opõe PDT de Ciro a idealizador da lei



O julgamento do STF que pode flexibilizar a Ficha Limpa, previsto para ser retomada na tarde desta quarta-feira (9), põe em polos opostos um dos idealizadores da lei, o ex-juiz Márlon Reis, e o PDT do pré-candidato à Presidência Ciro Gomes.

O Supremo analisará um pedido do PDT para que seja encurtado o tempo que um condenado fica inelegível, de pelo menos oito anos, o que tem sido criticado por movimentos contra a corrupção -como o MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral), fundado por Reis.

A tendência é que, no tri-

### Haddad prepara incursão em SP para atenuar nacionalização de campanha

Pré-candidato ao Governo de SP pelo PT, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad está modulando seu discurso de campanha da esfera nacional para a estadual.

Um dos incentivadores da chapa Lula-Alckmin -já em vias de consolidação-, Haddad informou ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, concluída essa costura, pretende se dedicar à pré-campanha pelo governo estadual, afastando-se do debate nacional.

A interlocutores o ex-prefeito tem afirmado, em tom de brincadeira, que vai acionar o "software estadual". Sua disposição é visitar as 15 macrorregiões de São Paulo e elaborar projetos para cada uma delas.

O desafio, segundo interlocutores do petista, é encontrar o equilíbrio em um

discurso que ainda está muito nacionalizado. Haddad foi ministro da Educação no governo Lula e candidato à Presidência em 2018, ficando em segundo lugar na disputa contra Jair Bolsonaro (PL) com mais de 47 milhões de votos.

Em evento que oficializou o apoio do PC do B à candidatura de Haddad ao Palácio dos Bandeirantes na semana passada, em São Paulo, o ex-prefeito tratou basicamente de temas nacionais. Ele criticou o governo Bolsonaro, falou da possibilidade de fazer alianças com partidos e comentou até sobre a guerra na Ucrânia.

A avaliação de petistas é que a disputa no estado irá refletir o cenário nacional e, por isso, não daria para fugir desses temas -mas que isso não dará a tônica do discurso da campanha.

Victoria Azevedo/Folhapress



bun, os cálculos sejam flexibilizados ao menos em alguns pontos pelos ministros.

O partido afirma que, com a solicitação, busca acabar com desproporcionalidades em sanções aplicadas devido à Lei da Ficha Limpa. Para o PDT, a atual aplicação da lei provoca uma dupla condenação a quem deseja ser candidato.

A tentativa de mudanças que o partido quer aplicar provocou nos últimos anos questionamentos a Ciro, que pretende concorrer novamente ao Planalto e exaltou no passado que era livre de processos.

"Sou ficha limpa! Nunca respondi por nenhum malfeito em 38 anos de vida pública",

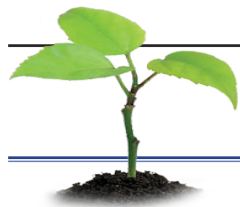
escreveu em rede social na época da campanha de 2018.

Em dezembro de 2020, o relator da ação, ministro Kassio Nunes Marques, concedeu uma liminar favorável ao entendimento do partido.

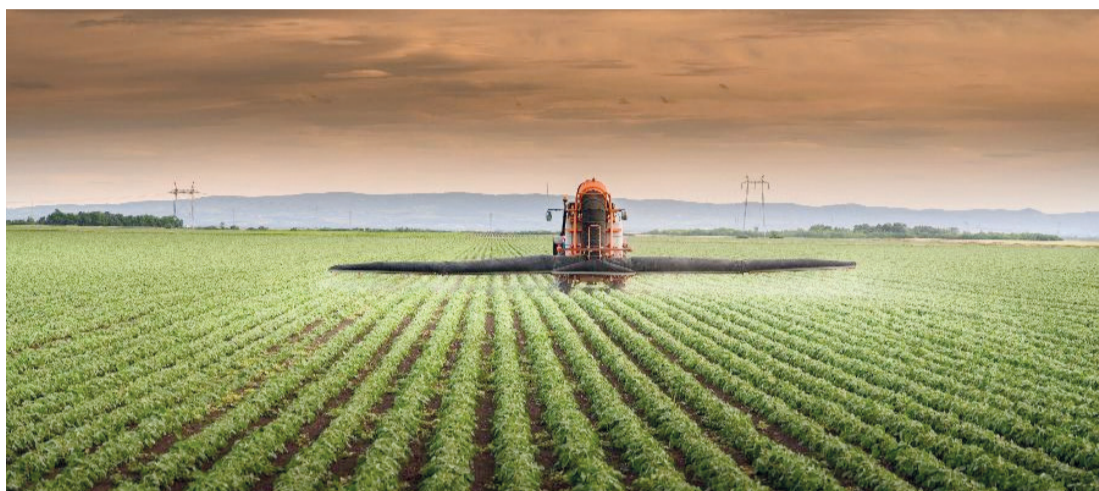
A Lei da Ficha Limpa define que políticos condenados por órgãos colegiados (como tribunais de segunda instância) ou cujo processo tenha transitado em julgado ficam inelegíveis desde a condenação até oito anos depois de cumprirem a pena.

A lei lista dez tipos de crimes aos quais se aplica a proibição de disputar eleições, como corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas.

José Marques/Folhapress



## Agricultores do Brasil estão assustados e há uma corrida para comprar potássio, diz executivo



**A**gricultores no Brasil, o maior importador de fertilizantes do mundo, estão correndo para garantir nutrientes para as lavouras com receio de uma escassez global do insumo após o ataque russo à Ucrânia.

“Os agricultores estão assustados. Há uma corrida para comprar potássio”, disse José Marcos Magalhães, diretor-presidente da cooperativa Minasul, a segunda maior exportadora de café do Brasil.

A corrida para garantir os nutrientes no Brasil ilustra os efeitos que a invasão da Ucrânia está causando nos mercados de commodities. A Rússia é um importante fornecedor de potássio e outros insumos agrícolas, bem como

um grande exportador de alumínio, grãos, petróleo e gás natural. O Brasil, potência agrícola que lidera a produção de soja, café e açúcar, importa cerca de 80% de suas necessidades de fertilizantes.

A Minasul, que possui vendas de produtos agrícolas no estado de Minas Gerais, viu suas vendas diárias de insumos agrícolas saltarem para cerca de R\$ 20 milhões (US\$ 4 milhões) na quinta-feira, dos habituais R\$ 2 milhões a R\$ 3 milhões por dia.

“Metade das vendas de fevereiro foram feitas só nos últimos dois dias”, disse Magalhães, acrescentando que até agora conseguiu atender ao aumento da demanda graças aos estoques da cooperativa.

No Centro-Oeste, os

agricultores não tiveram tanta sorte. Alguns produtores de grãos de Mato Grosso, o maior produtor de soja do país, nem conseguiram obter cotações de preços e estimativas de entrega de suas fornecedoras de fertilizantes nos últimos três dias. Os importadores também não receberam tabelas de preços de seus fornecedores no exterior, segundo Jeferson Souza, analista de fertilizantes da Agrinvest Commodities. “Os preços de fertilizantes no mercado brasileiro entraram em um momento de incerteza por causa da invasão russa e devem se manter instáveis até o início de março”, diz Marina Cavalcante, analista da Green Markets Brasil da Bloomberg, em relatório. Money Times

## Com alta de 46,25% desde o início da guerra, trigo tem recorde histórico; salto já é sentido pelos supermercados



**O** preço do trigo na Bolsa de Chicago (EUA) bateu nesta segunda, 7, o recorde histórico de US\$ 12,94 por bushel, pressionado pela guerra entre Rússia e Ucrânia, dois grandes produtores do grão.

A marca supera a cotação atingida em março de 2008, de US\$ 12,83, no boom das commodities. Desde o início do confronto, o trigo já subiu 46,25% em Chicago. No interior do Rio Grande do Sul, a tonelada do grão atingiu R\$ 1.960, preço recorde e com alta de 26% em uma semana, aponta a consultoria Safras & Mercado.

A disparada da cotação do trigo começa a ser sentida pelos supermercados nas negociações com os fornece-

## Crise alimentar cresce com preços em alta provocando proibições de exportação

**A** crise alimentar global desencadeada pela invasão da Ucrânia pela Rússia se intensificou nesta quarta-feira, quando a Indonésia apertou as restrições às exportações de óleo de palma, somando-se a uma lista crescente de países que buscam manter suprimentos vitais de alimentos dentro de suas fronteiras.

O conflito na Ucrânia está ameaçando a produção global de grãos, o fornecimento de óleos vegetais e as exportações de fertilizantes, elevando os preços das commodities básicas e refletindo a crise nos mercados de energia.

O óleo de palma é o óleo vegetal mais usado no mundo, utilizado na fabricação de muitos produtos, incluindo biscoitos, margarina, detergentes e chocolate. Os preços

do produto subiram mais de 50% este ano.

O ministro do Comércio da Indonésia, Muhammad Lufti, disse que as restrições às exportações visam garantir que os preços do óleo de cozinha permaneçam acessíveis aos consumidores.

O aumento dos preços ocorre em um momento em que a acessibilidade dos alimentos é um grande desafio, já que as economias buscam se recuperar da crise do coronavírus.

A tendência de preços também tem ajudado a alimentar um aumento mais amplo da inflação em todo o mundo.

A Rússia e a Ucrânia também são importantes fornecedores de óleos comestíveis, e contribuem com quase 30% das exportações globais de trigo.

Notícias Agrícolas



dores. A Associação Paulista de Supermercados (Apas) recebeu relatos de supermercadistas apontando que os preços da farinha já teriam aumentado 15% na última semana e que haveria indicações de novos reajustes dessa magnitude. No caso do óleo de soja, outro produto que é influenciado pelo trigo, o preço da indústria teria sido rearmado em cerca de 20% em uma semana.

“É um sinal de alerta”, afirma Rodrigo Marinheiro, executivo de relações institucionais da Apas. Ele diz que esse aumento de preços ainda não foi captado pelo indicador de inflação dos supermercados de fevereiro, mas deve aparecer neste mês, inclusive com reflexos nas cadeias de derivados, como massas, bis-

coitos e outros óleos, como de milho e girassol.

O temor do executivo da Apas é de que se repita com o trigo o que aconteceu recentemente com arroz, quando os produtores nacionais exportaram o grão, o que turbinou os preços no mercado interno.

Nas últimas semanas, informações de mercado indicavam que os moinhos brasileiros estavam abastecidos. Portanto, essa nova tabela de preços da farinha apresentada aos supermercados pelos moinhos já estaria levando em conta o custo de reposição do grão que está mais alto. Segundo Elcio Bento, analista de trigo da consultoria Safras & Mercado, os moinhos estão voltando às compras e agora enfrentam dificuldade para fechar negócios. Estadão











## Publicidade Legal

## Tocantins Energias Renováveis Holding Ltda.

CNPJ/MF nº 44.942.847/0001-60 – NIRE 35.238.440-230

## Instrumento Particular da 1ª Alteração do Contrato Social

**LC Energia Renovável Holding S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.251.487/0001-34, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.300.534-077, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Torre D, 23º andar, Sala 13, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, neste ato representada pelos seus administradores, os Srs. Nilton Bertuchi, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 23.292.880-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 195.514.838-47 e Roberto Bocchino Ferrari, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro, RG nº 12.732.824-5 SSP/SP, CPF/MF nº 177.831.188-10, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre D, 23º andar, CEP 04543-011, único sócio da Sociedade empresária limitada denominada "Tocantins Energias Renováveis Ltda.", com sede cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre D, 23º andar, Sala 40 Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.942.847/0001-60, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.238.440-230 (a "Sociedade"); **Resolvem** alterar o Contrato Social da Sociedade, conforme as seguintes cláusulas e condições: 1. O sócio deliberará sobre (a) transformação do tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, nos termos do que preveem os artigos 1.113 a 1.115 da lei 10.406/2002 e Artigo 222 da Lei nº 6.404/76; (b) a alteração da denominação da Sociedade para **Tocantins Energias Renováveis S.A.**; (c) a eleição dos membros da diretoria da Sociedade; (d) a fixação do valor anual e global da remuneração dos administradores da Sociedade; e (f) a aprovação do projeto de Estatuto Social da Sociedade, anexo a esta ata. 2. Em relação as deliberações do item 1 acima, os Sócios aprovaram, por unanimidade: 2.1. Transformar a sociedade empresária limitada denominada **Tocantins Energias Renováveis Ltda.** em sociedade por ações, alterando-se, consequentemente, sua denominação social para **Tocantins Energias Renováveis S.A.** 2.2. A transformação do tipo societário será processada independentemente de dissolução e sem solução de continuidade das atividades. Assim, a **Tocantins Energias Renováveis S.A.** na qualidade de uma sociedade por ações permanece com o mesmo objeto social, endereço, sede social, e continuará a operar com o mesmo ativo, mantendo a mesma forma de escrituração contábil de suas operações, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, não sofrendo qualquer interrupção ou solução de continuidade em seus negócios, bens, direitos, obrigações e atividades, sendo garantidos todos os direitos de credores, situação com a qual os acionistas, em sua totalidade e por unanimidade, reconhecem e aprovam sem restrições, nos termos do que preveem os artigos 1.113 a 1.115 da Lei nº 10.406/2002 e art. 222 da Lei nº 6.404/76. 2.3. O capital social permanece inalterado, e continuou sendo de R\$ 1.000,00 (mil reais), mas passou a ser representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mantendo-se entre os sócios a distribuição e proporcionalidade atuais. 2.4. Foram eleitos como membros efetivos para compor a Diretoria da Companhia, por um mandato unificado de 3 (três) anos, a contar desta data, facultada a reeleição: (i) **Nilton Bertuchi**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 23.292.880-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 195.514.838-47, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 23º andar, Torre D, CEP 04543-011 e (ii) **Marco Paulo Reis Tanure**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, RG nº M1314150 SSP/SP, CPF/MF nº 843.821.556-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 23º andar, Torre D, CEP 04543-011, todos eleitos para o cargo de Diretores sem designação específica da Companhia. Os Diretores ora nomeados, presentes, aceitaram os cargos para os quais foram eleitos e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou qualquer outro que os impeça de exercer as atividades empresariais ou a administração da Companhia. Os Diretores são empossados nos seus cargos neste ato, mediante a assinatura desta ata, sem prejuízo da assinatura do termo de posse no livro de atas de Assembleia Geral, e indicam o endereço constante de sua qualificação, como o endereço no qual receberão as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão. 2.5. Deliberar que para o presente exercício social, não haverá remuneração para a administração da Sociedade. 2.6. Após terem sido suspensos para a leitura e debates do projeto do Estatuto Social, a totalidade dos sócios decidiu aprovar, sem qualquer ressalva ou oposição, o projeto do Estatuto Social constante do anexo à presente ata, que passa a reger a Sociedade. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor. São Paulo, 02 de fevereiro de 2022. **Sócio: LC Energia Renovável Holding S.A.**, por Nilton Bertuchi e Roberto Bocchino Ferrari. Visto do Advogado: **Luiz Guldberg Godoy Cardoso de Melo** – OAB/SP 315.365. **Anexo IV: Instrumento Particular de 1ª Alteração do Contrato Social da Tocantins Energias Renováveis Ltda.** Realizada em 02 de fevereiro de 2022. **Estatuto Social da Tocantins Energias Renováveis S.A.** CNPJ/ME nº 44.942.847/0001-60 – NIRE em fase de obtenção. **Capítulo I – Da Denominação, Duração, Sede e Objeto Social: Artigo 1º:** A **Tocantins Energias Renováveis S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado ("Companhia") que se regerá pelo presente Estatuto Social e pela legislação vigente aplicável. **Artigo 2º:** A **Companhia** tem sua sede social localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre D, 23º andar, sala 40, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, podendo manter filiais, escritório e representações em qualquer

localidade do país ou do exterior, através de deliberação dos sócios. **Artigo 3º:** A **Companhia** tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais ou simples, como acionistas ou quotistas, inclusive como holding de instituições não financeiras. **Artigo 4º:** A **Companhia** possui duração por tempo indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º:** O capital social da **Companhia**, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º:** A cada ação ordinária emitida pela **Companhia** caberá um voto nas deliberações de acionistas. **Artigo 7º:** Todas as ações de emissão da **Companhia** serão escrituradas nos livros próprios da **Companhia**, em nome de seus titulares. **Artigo 8º:** As ações são indivisíveis perante a **Companhia**. **Capítulo III – Assembleia Geral: Artigo 9º:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da **Companhia** e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, ou nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral somente poderá deliberar assuntos da ordem do dia constantes do edital de convocação. **Parágrafo Segundo:** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, ou nos termos da lei, e será presidida e secretariada por pessoas eleitas pela maioria dos acionistas presentes. **Parágrafo Terceiro:** A primeira convocação da Assembleia Geral será feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, contados da data de publicação do primeiro edital e, em segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. **Parágrafo Quarto:** A convocação dos acionistas estará dispensada das formalidades previstas neste Artigo se todos os acionistas estiverem presentes na Assembleia Geral. **Artigo 10:** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da **Companhia** ou advogado. **Artigo 11:** Salvo nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por votos de acionistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das ações com direito a voto, não se computando os votos em branco, e observadas, quando for o caso, as disposições do acordo de acionistas arquivado na sede da **Companhia**. **Artigo 12:** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à **Companhia** e tomar as deliberações que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo de sua competência privativa, além das matérias previstas em lei, as seguintes matérias, respeitado o disposto no Artigo 13 abaixo: (a) reformar o Estatuto Social; (b) eleger e destituir membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, se instalado e do Conselho de Administração, se criado; (c) tomar, anualmente, as contas dos Diretores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) suspender o exercício dos direitos dos acionistas; (e) deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social; (f) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da **Companhia**, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (g) deliberar sobre pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da **Companhia**; e (h) instruir o voto dos representantes da **Companhia** nas assembleias gerais ou reuniões de quotistas das sociedades nas quais a **Companhia** detenha ou venha a deter participação societária, bem como aprovar previamente quaisquer atos a serem realizados com a **Companhia** em relação às referidas sociedades, no que diz respeito às matérias análogas às previstas neste Artigo 12. **Capítulo IV – Administração: Artigo 13:** A **Companhia** será administrada por uma Diretoria de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e por este Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro:** Os membros da administração da **Companhia** serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador, ficando dispensada qualquer garantia de sua gestão. **Parágrafo Segundo:** Os administradores deverão permanecer em seus cargos até a efetiva posse de seus substitutos. **Parágrafo Terceiro:** Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria, conforme o caso, as quais deverão ser assinadas pelos Diretores presentes à reunião. **Parágrafo Quarto:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à **Companhia**, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que a qualquer tempo, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue a qualquer outro Diretor, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento de qualquer outro Diretor. **Parágrafo Quinto:** Ocorrendo vaga na Diretoria, a nomeação do novo Diretor será determinada pela Assembleia. **Artigo 15:** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Artigo 16:** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 2º do Artigo 14 acima, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria, devendo a cópia da ata, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao respectivo Livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 17:** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou

convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral. **Artigo 18:** No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos da **Companhia** atinentes ao seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pela Assembleia Geral nos termos dos Artigos 12, incluindo discutir e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social. **Artigo 19:** Compete ainda à Diretoria, observada a competência privativa da Assembleia Geral, nos termos previstos na lei ou neste Estatuto Social: (a) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; (b) deliberar sobre abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da **Companhia** em qualquer parte do País ou do exterior; (c) submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório de Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; e (d) elaborar e propor, à Assembleia Geral o orçamento anual, os planos de negócios, operacionais e de investimento da **Companhia**, incluindo estratégias para implantação de tais negócios e aqueles relacionados ao ingresso em novos negócios. **Parágrafo Primeiro:** A **Companhia** considerará-se obrigada quando representada: (a) por quaisquer dois Diretores assinando em conjunto; (b) por qualquer Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, devidamente constituído na forma do parágrafo único; ou (c) por um procurador com poder especiais, devidamente constituído na forma do parágrafo segundo abaixo. **Parágrafo Segundo:** Não obstante o disposto neste Artigo 19, a **Companhia** considerará-se devidamente representada, ativa e passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais e municipais em geral, pela assinatura isolada de 1 (um) Diretor. **Parágrafo Terceiro:** As procurações serão outorgadas em nome da **Companhia** pela assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção das procurações outorgadas para fins judiciais e administrativos conferidas a advogados, serão válidas por no máximo 01 (um) ano. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 20:** A **Companhia** terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por 3 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral, que lhes fixará os honorários, de acordo com a lei. **Artigo 21:** O Conselho Fiscal instalar-se-á, nos termos da lei, nos exercícios sociais quando houver pedido neste sentido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, e exercerá as atribuições que a lei lhe confere. **Parágrafo Único:** O regulamento interno aplicável ao Conselho Fiscal será estabelecido pela Assembleia Geral que solicitar sua instalação. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Demonstrações Financeiras: Artigo 22:** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantadas, observada a legislação pertinente, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo a serem apresentadas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Artigo 23:** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição do Fundo de Reserva Legal, até que o mesmo atinja 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Primeiro:** Do saldo restante dos lucros, efetuada a dedução de que trata o artigo anterior, será distribuído um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua deliberação em Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo:** O saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 24:** A **Companhia** poderá declarar e distribuir, por deliberação da Diretoria, dividendos (i) intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou (ii) intercalares, à conta de lucros apurados em balanços especiais, com periodicidade trimestral ou inferior, conforme permitido em lei. **Parágrafo Primeiro:** A **Companhia** poderá pagar juros sobre capital próprio, na forma e nos limites da legislação aplicável. **Parágrafo Segundo:** Os dividendos intermediários e/ou intercalares e os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. **Artigo 25:** Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da **Companhia**. **Capítulo VII – Dissolução e Liquidação: Artigo 26:** A **Companhia** será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e tomar as demais deliberações previstas em lei. **Capítulo VIII – Disposições Gerais: Artigo 27:** As partes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir qualquer disputa, controvérsia ou reivindicação que surja em virtude da aplicação, validade, interpretação e violação das disposições contidas na Lei nº 6404/76 e neste Estatuto Social. **Artigo 28:** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela legislação sobre as sociedades por ações, pelas demais disposições legais e por resoluções da Assembleia Geral. **Artigo 29:** A Diretoria deverá sempre se certificar de que os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da **Companhia** fiquem à disposição dos acionistas ou sejam prontamente disponibilizados quando solicitados. **Artigo 30:** A **Companhia** obriga-se, no caso de abertura de capital, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa, devendo a Diretoria tomar as medidas necessárias para formalizar tal adesão. **Visto do Advogado:** Luiz Guilherme Godoy Cardoso de Melo – OAB/SP 315.365. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 122.142/22-6 e NIRE 35.300.587.979 em 07/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

## Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 21 de março de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400, conjunto 92, Água Branca, CEP 05001-903, a fim de deliberarem sobre: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia, em razão do falecimento do Sr. Presidente; b) Reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; c) Alteração do endereço da sede social e da filial 58.317.751/0001-11 da Companhia; d) Inclusão da atividade de Operador de Transporte Multimodal (OTM) – CNAE: 5250-8/05 – no objeto social da Companhia; e) Eleição da Sra. Jacqueline Lorena Ribeiro ao cargo de Diretora Financeira da Companhia; f) Reeleição dos demais diretores da Companhia por mais um ano; g) Apresentação da composição da Diretoria da Companhia atual; h) Ratificação de atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; i) outros assuntos de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 10 de março de 2022. **Alceu Rodrigues Vasone** – Vice-Presidente do Conselho de Administração. (10, 11 e 12/03/2022)

## Juros: Taxas caem com tombo do petróleo e redução da aversão ao risco



Os juros futuros fecharam em baixa, em meio às expectativas de um cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia e o tombo dos preços do petróleo. Após subirem por sete sessões, ou desde o início da guerra no leste europeu, as taxas longas finalmente devolveram prêmios. Internamente, favoreceu o alívio nas taxas a percepção de que as soluções que o governo deve adotar para reduzir os preços dos combustíveis não virão de radicalismos fiscais. Os ajustes nas apostas para o Copom de curto prazo, iniciados ontem, tiveram sequência, com a expectativa de aumento de 1 ponto percentual em março ganhando mais terreno, movimento autorizado

pela queda da produção industrial em janeiro, perto do piso das previsões.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou em 12,905% (regular) e 12,915% (estendida), de 13,057% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2024 caiu de 12,825% para 12,595% (regular) e 12,67% (estendida). O DI para janeiro de 2025 terminou com taxa de 12,12% (regular) e 12,19% (estendida), de 12,282%, e o DI para janeiro de 2027, a 12,035% (regular) e 12,11% (estendida), de 12,261%.

O alívio nos prêmios de risco começou terça no fim da sessão, com fatores internos e externos, e ontem se consolidou.

IstoÉDinheiro





... continuação

**Kallas Incorporações e Construções S.A.**

perda desses estoques, uma vez que os imóveis são destinados à incorporação imobiliária. A classificação dos terrenos para futuras incorporações entre o ativo circulante e o não circulante é realizada mediante a expectativa de prazo para o lançamento dos Empreendimentos Imobiliários, revisada periodicamente pela Administração. O saldo dos encargos financeiros capitalizados no consolidado, representam em 31 de dezembro de 2021 R\$ 4.443 e R\$ 14.739 (31 de dezembro de 2020) referente a encargos do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, conforme nota explicativa nº 9. Em seu processo de incorporação imobiliária a Companhia identifica, avalia e adquire terrenos por meio de instrumentos particulares de promessas de compra e venda ou permuta, com condições resolútivas, que, após o cumprimento ou dispensa de tais condições, tornam-se irrevogáveis e irretiráveis.

**7. Adiantamento à Terceiros – Consolidado – Abaixo resumo dos principais valores de adiantamento à terceiros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:**

	Consolidado Consolidado	
	2021	2020
Concreto Concretos	11.304	8.000
Gastos com projetos	5.199	4.153
Adiantamento para compra de terrenos (i)	3.401	3.974
Outros adiantamentos a fornecedores	1.136	1.284
	<b>21.040</b>	<b>17.411</b>

(i) Refere-se a adiantamento de compra de terrenos pagos, que estão em processos de revisão conforme cláusulas resolútivas do contrato.

o capital na empresa Kazzas Incorporações e Construções Ltda. ("Kazzas") no montante de R\$ 193.493 com origem de recursos de dividendos destinados de R\$ 38.333 e partes relacionadas no montante de R\$ 155.160. Em 26 de novembro de 2021, a empresa Kallas Incorporações e Construções S.A. ("Kallas Incorporações") aumentou o capital na empresa Kallas Arkhes Incorporações e Construções Ltda. ("Kallas Arkhes") no montante de R\$ 135.873 com origem de recursos de dividendos destinados de R\$ 75.812 e partes relacionadas no montante de R\$ 60.061.

Em 04 de dezembro de 2021 a empresa Kallas Incorporações e Construções S.A. ("Kallas Incorporações") incorporou a SPE Kallas Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda, no montante de R\$ 42.117,89 (em reais). A obra foi concluída a mais de 5 anos e não tinha mais saldo de contas a receber e estoque. **8.1.1. Controladas e controladas em conjunto diretas da Companhia:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui participação direta e indireta em controladas e controladas em conjunto, conforme demonstrado a seguir.

**8. Investimentos**

	Controladora							
	Participação direta		Investimento/ Provisão para perdas		Equivalência			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controladas								
Kallas Nova Higienópolis Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	669	(44)	713	(67)		
Kallas Nova Mooca Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	85	125	(39)	(548)		
Kallas Moema Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	(115)	(68)	(47)	(132)		
Kallas Brooklin Empreend. Imob. Ltda.	0,00%	100,00%	-	58	-	334		
Kallas Campinas Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	2.381	825	1.555	(1.458)		
Kallas Cuiabá Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	535	(258)	793	(377)		
Union Mooca Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	2.061	5.635	1.578	646		
Perfil Santana Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	263	2.112	(49)	417		
Vista Bela Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	(357)	(136)	(222)	(327)		
Kallas Liberdade Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	97	2.816	942	427		
Life Park Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	1.273	21.890	960	8.937		
Kallas Tebas Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	(102)	(83)	(19)	(19)		
Premio Vila Nova Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	11	4.268	(557)	423		
Kallas Ouro Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	298	1.161	137	485		
Bosque do Jaraguá Empreend. Imob. Ltda.	0,00%	100,00%	-	1.103	-	57		
Kallas Malaquita Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	249	264	(16)	(7)		
Kallas Onix Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	3.494	4.407	1.887	1.101		
Marine Home & Sea Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	14.888	12.285	1.500	(1.024)		
Arcansas Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	133	135	(2)	64		
Offices Boutique Klabin Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	13.343	13.705	144	(1.726)		
High Park Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	9.621	22.472	149	5.297		
Tom Parque São Domingos Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	183	7.444	(247)	28		
Times Klabin Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	884	5.916	699	(157)		
Sacramento Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	12.447	27.775	7.571	2.825		
Kallas Arkhes Incorporações e Constr. Ltda.	100,00%	100,00%	430.568	301.835	68.671	55.780		
Kallas Gestão de Investimentos	0,00%	100,00%	-	(2)	-	-		
Kallas Vila das Mercês Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	1.330	1.041	289	(538)		
Kallas Sky House Empreend. Imobiliários Ltda.	99,32%	99,32%	205	472	(266)	471		
Alphabetun Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	1.117	2.049	(931)	(60)		
Oakland Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	818	1.450	(632)	(299)		
Kazzas Incorporações S.A.	90,14%	82,12%	265.332	81.143	36.391	4.471		
Hemisfério Sul Empreend. (b)	50,00%	50,00%	23.577	23.583	(5)	(33)		
KV Intermediação de Vendas	90,00%	100,00%	4.500	1.990	2.709	1.980		
Total de Controladas			789.788	547.368	123.656	76.971		

	Consolidado							
	Participação direta		Investimento/ Provisão para perdas		Equivalência			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Coligadas e controladas em conjunto								
Manoel da Nóbrega Empreend. Imob. Ltda.	20,00%	20,00%	79	489	90	(306)	79	489
Brás Leme Empreend. Imob. Ltda.	33,33%	33,33%	4.610	4.522	87	65	4.610	4.522
Sacla Empreend. Imob. Ltda.	33,33%	33,33%	-	-	-	-	8.575	4.368
PKA Osasco Empreend. Imob. Ltda.	20,00%	20,00%	1.002	3.427	224	(395)	1.002	3.427
Brezza Empreend. Imob. Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	4.676	2.498
Bétula Empreend. S.A.	30,00%	30,00%	2.541	2.542	(1)	(150)	2.541	2.542
Brassica Empreend. S.A.	30,00%	30,00%	(254)	(350)	4	(130)	(254)	(350)
CCDI 03 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	30,00%	30,00%	2.472	2.451	1.300	1.347	2.472	2.451
Hesa 85 – Invest Imob. Ltda.	10,00%	10,00%	1.271	1.168	(2)	-	1.271	1.168
HESA 146 Invest Imob. Ltda.	10,00%	10,00%	2.450	2.398	1.708	389	2.450	2.398
HESA 191 Invest Imob. Ltda.	10,00%	0,00%	492	-	-	-	492	-
Kallas Vila Madalena Empreend. Imobiliários Ltda.	50,00%	50,00%	(93)	101	(90)	2	(93)	101
Palmeiras – Investimentos Imobiliários Ltda.	10,00%	10,00%	332	314	(38)	96	332	314
Quadra 43 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	30,00%	30,00%	8	(36)	(16)	(44)	8	(36)
Quadra 43-B Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	30,00%	30,00%	18	(5)	(1)	(6)	18	(5)
ST Vila Mariana/Villagio 24	50,00%	50,00%	18.810	15.447	5.642	2.538	18.810	15.447
ST Pinheiros/Villagio 26	50,00%	50,00%	19.600	8.263	4.798	3.771	19.600	8.263
ST Campo Belo/Villagio Spe 4	30,00%	30,00%	173	7.783	(194)	1.876	173	7.783
Kallas Dias Leme Empreend. Imob. Ltda.	30,00%	30,00%	-	-	-	-	6.213	5.007
Caviúna Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	30,00%	-	-	-	-	-	4.698
SPE Vital Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	3.553	1.236
Pypys Reserva da Serra Empreend. Imob. Ltda.	10,00%	10,00%	-	-	-	-	624	3.865
Igarassu Empreend. Imob. Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	(854)	522
ZS Sabará Empreend Imob. Ltda.	20,00%	20,00%	-	-	-	-	5.762	4.415
Soffio Empreend. Imob. Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	3.543	1.310
Brixton Empreend. Imob. Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	3.486	(109)
Butantã BBJ Empreend. Imob. Ltda.	24,94%	24,94%	-	-	-	-	8.464	(297)
Embauba Empr Imob Ltda	50,00%	0,00%	-	-	-	-	(11)	-
Mulatti Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	815	930
SPE Rio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	30,00%	30,00%	-	-	-	-	(58)	1.461
Investimento SCP Tacoma (Maubertec) (a) Outros			52	-	21	5.589	51	-
Total de Coligadas e controladas em conjunto			53.563	48.514	13.707	14.642	98.086	79.353
Investimentos			844.272	596.864	99.620	80.151		
Provisão para perdas em controladas			(921)	(982)		(1.534)	(798)	
Total de Investimentos, líquidos de provisão para perdas em controladas			843.351	595.882	137.363	91.613	98.086	79.353

(a) A empresa Tacoma possui investimentos em SCPs cujo sócio ostensivo é Gerasolo Empreendimentos e Construções Ltda. (esses investimentos são referentes a loteamento/urbanismo aos quais já estão concluídos). (b) Em setembro de 2020, a Companhia, através de ato societário, passou a compor o quadro de acionistas da Hemisfério Sul Empreendimentos S.A. ("Hemisfério Sul"), detendo 50% de participação neste empreendimento, mas é responsável pela construção e principais atividades de retorno variável ao investimento. Em 31 de dezembro de 2020, a SPE encontra-se em fase de projeto tendo como único ativo o terreno adquirido para fins de futura incorporação. A Companhia participa do desenvolvimento de Empreendimentos de incorporação imobiliária com outros parceiros de forma direta ou por meio de partes relacionadas. A estrutura de administração desses Empreendimentos e a gestão de caixa são centralizadas. A gestão da obra e construção dos Empreendimentos são realizadas pela Companhia. Abaixo as transações ocorridas sob controle comum: Em 30 de abril de 2020, os Administradores da Cedro Participações Eirelli ("Cedro"), parte relacionada, deliberaram pela cisão da Empresa com versão de 66,67% do acervo líquido para a Companhia. Essa transação teve como base o laudo de avaliação patrimonial da Cedro, cuja data base foi de 29 de fevereiro de 2020, sendo emitido pela Empresa responsável em 16 de abril de 2020. A parcela do acervo líquido da Cedro absorvida pela Companhia compreendeu o montante de R\$33.508, representados por R\$48.715 de ativos que em sua totalidade são investimentos, ou seja, participação societária em outras Empresas e, R\$15.207 de passivos que são, substancialmente, saldos de transações com partes relacionadas. Em 30 de abril de 2020, os Administradores

da Kallas Arkhes Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Antiga Arkhes") e Ther Silver Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Ther Silver"), partes relacionadas, deliberaram pela incorporação dessas Empresas pela Companhia. Essa transação teve como base o laudo de avaliação patrimonial da Antiga Arkhes e da Ther Silver, cuja data base foi de 29 de fevereiro de 2020, sendo emitidos pela Empresa responsável em 16 de abril de 2020. Os patrimônios líquidos da Antiga Arkhes e Ther Silver absorvidos pela Companhia compreendeu ao montante de R\$72.165 e R\$44.358, respectivamente. Em 30 de junho de 2020, os Administradores da Companhia, que são os únicos sócios da Fort Collins Empreendimentos Imobiliários Ltda., deliberaram pela alteração da denominação social desta Empresa para Kallas Arkhes Incorporações e Construções Ltda. ("Kallas Arkhes"). Nesta mesma oportunidade, foi aprovado o aumento de capital da Nova Arkhes no montante de R\$274.653, cuja integralização foi feita mediante a conferência pela Companhia de sua participação societária nas Empresas relacionadas na nota explicativa nº 8.2.3. Em 30 de junho de 2020, os Administradores da Companhia, que são os únicos sócios da Alphabetun Empreendimentos Imobiliários Ltda., deliberaram pela alteração da denominação social desta empresa para Kallas Urbanizadora de Loteamentos Ltda. ("K'urb"). Nesta mesma oportunidade, foi aprovado o aumento de capital da K'urb no montante de R\$2.110, cuja integralização foi feita mediante a conferência pela Companhia de sua participação societária na Empresa Tacoma Empreendimentos Imobiliários Ltda. Em 04 de novembro de 2021, os sócios Kallas Incorporações e Construções S.A. ("Kallas Incorporações"), Emilio Rached Esper Kallas, Thiago Esper Kallas e Raphael Esper Kallas, aumentaram

	Controladora									
	Participação direta		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Resultado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controladas										
Kallas Nova Higienópolis Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	704	647	35	691	669	(44)	713	(67)
Kallas Nova Mooca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	317	394	232	269	85	125	(39)	(548)
Kallas Moema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	297	339	412	407	(115)	(68)	(47)	(132)
Sparta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,67%	2.121	2.051	689	619	1.432	1.432	-	(1)
Kallas Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,00%	100,00%	-	81	-	23	-	58	-	334
Kallas Campinas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	3.472	2.980	1.091	2.155	2.381	825	1.555	(1.458)
Kallas Cuiabá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	879	210	344	468	535	(258)	793	(377)
Union Mooca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	2.413	5.932	352	297	2.061	5.635	1.578	646
Perfil Santana Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	893	2.279	630	167	263	2.112	(49)	417
Vista Bela Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	89	76	446	212	(357)	(136)	(222)	(327)
Kallas Liberdade Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	111	3.480	14	664	97	2.816	942	427
Life Park Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	6.091	23.775	4.818	1.885	1.273	21.890	960	8.937
Kallas Tebas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	2	1	104	84	(102)	(83)	(19)	(19)
Premio Vila Nova Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	1.364	4.684	1.353	416	11	4.268	(557)	423
Kallas Argos Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,001%	2.603	2.004	1.216	594	1.387	1.410	(23)	(518)
Kallas Diamante Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,001%	26.567	1.909	12.116	480	14.451	1.429	(3)	(4)
Kazzas Incorporações S.A.	90,14%	82,12%	331.289	160.206	36.948	61.395	294.341	98.811	40.369	5.445
Kallas Ouro Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	654	2.114	356	953	298	1.161	137	485
Kallas Prata Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,001%	9.206	8.998	477	264	8.729	8.734	(5)	(2)
Kallas Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0002%	0,001%	7.338	7.293	6.934	6.889	404	404	-	(1)
Blend Vila Mariana Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,001%	6.173	8.781	340	337	5.833	8.444	1.989	2.700
Bosque do Jaraguá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	100,00%	-	1.318	-	215	-	1.103	-	57
Kallas Malaquita Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	249	285	-	21	249	264	(16)	(7)
Kallas Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	3.931	4.729	437	322	3.494	4.407	1.887	1.101
Marine Home & Sea Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	15.161	13.410	273	1.125	14.888	12.285	1.500	(1.024)
Arcansas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	1.070	608	937	473	133	135	(2)	64
Cornalina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,001%	14.291	10.940	4.561	3.049	9.730	7.891	(1.913)	(1.016)
Be Live Tatuapé Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,01%	5.058	6.847	356	491	4.702	6.356	46	2.170



... continuação		Kallas Incorporações e Construções S.A.																	
9.2 Debêntures		Taxa de Juros a.a.		Controladora		Consolidado		Nome		Controladora		Consolidado							
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020						
<b>Debêntures Emitidas</b>																			
2ª Emissão de Debêntures		154.756	-	154.756	-	ZS Sabara Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	-	-	1.728	-						
Custo da transação		(2.654)	-	(2.654)	-	Vital Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	-	-	1.950	1.728						
		<b>152.102</b>	-	<b>152.102</b>	-	Mulatt Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	-	-	714	426						
Circulante		4.221	-	4.221	-	Fort Worth Empreendimentos Imobiliários Ltda.		1.015	-	-	-	-	-						
Não Circulante		147.881	-	147.881	-	High Park Empreendimentos Imobiliários Ltda.		1.497	-	-	-	-	-						
Em 16 de agosto de 2021, a Companhia emitiu 150.000 debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, com valor unitário de R\$1.000 cada uma, totalizando R\$150.000. Após o procedimento de coleta de intenções de investimento ("bookbuilding") realizado em 5 de agosto de 2021, que definiu os juros remuneratórios das debêntures, ficou disposta conforme a seguir: • Série Única: 150.000 debêntures, totalizando R\$150.000, a uma taxa anual variável equivalente a CDI + 2,80%, com prazo de vencimento final em 16 de agosto de 2026. A remuneração será paga semestralmente. Os vencimentos das parcelas não circulantes das Debêntures estão assim demonstrados:																			
Vencimento:		2021		2020		2021		2020		2021		2020							
2024		28.917	-	28.917	-	Life Park Empreendimentos Imobiliários Ltda.		3.146	-	-	-	-	-						
2025 em diante		118.964	-	118.964	-	Minnesota Empr Empreendimentos Imobiliários Ltda.		570	-	-	-	-	-						
		<b>147.881</b>	-	<b>147.881</b>	-	Perfil Santana Empreendimentos Imobiliários Ltda.		382	-	-	-	-	-						
A movimentação da Debêntures é conforme segue:																			
Saldo em 31 de dezembro de 2020		-																	
Captação		150.000																	
Juros Incorridos		4.755																	
Custos de captação		(3.794)																	
Amortização dos custos de captação		1.141																	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		152.102																	
<b>Índices Contratuais Restritivos – Covenants:</b> A escritura da emissão de debêntures possui cláusula determinando índices financeiros mínimos e máximos. Conforme abaixo: Índice Financeiro A: Dívida Líquida + Imóveis a Pagar / Patrimônio Líquido; Índice Financeiro B: Recebíveis + Receitas a Apropriar + Estoque/Custos a Apropriar + Dívida Líquida + Imóveis a Pagar: Os conceitos de apuração de cada indicador estão detalhadamente descritos na escritura pública de emissão da dívida, na cláusula 6.2, alínea "q".																			
<b>Índices Financeiros</b>				<b>Limite</b>															
A				≤0,50															
B				≥1,50 ou <0															
Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia estava adimplente em relação aos Covenants.																			
<b>10. Obrigações Trabalhistas</b> – Posição resumida das obrigações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a seguir:		Controladora		Consolidado															
		2021	2020	2021	2020														
Salários e benefícios a pagar		1.040	698	1.367	927	Kallas Nova Mooca Empreendimentos Imobiliários Ltda.		35	100	-	-	-	-						
Encargos sociais		687	256	939	533	Kallas Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda.		2.624	2.443	-	-	-	-						
Provisões trabalhistas		2.307	1.253	3.027	1.830	Kallas Ouro Empreendimentos Imobiliários Ltda.		274	1.279	-	-	-	-						
Emprestimos Consignados		-	-	57	40	Kallas Vendas Ltda.		-	-	25	27	-	-						
<b>Total</b>		<b>4.034</b>	<b>2.207</b>	<b>5.390</b>	<b>3.330</b>	Kallas Vila Madalena Empreendimentos Imobiliários Ltda.		1.179	879	-	-	-	-						
A Companhia no decorrer do ano de 2021, aumentou o quadro de colaboradores em função de alterações na estrutura corporativa para fazer frente às estratégias e investimentos delineados para o crescimento da Companhia. <b>11. Créditos e Obrigações Tributárias – 11.1. Impostos a recuperar – não circulante</b>																			
Descrição		Controladora		Consolidado															
		2021	2020	2021	2020														
IRPJ		234	8.408	366	8.570	Lawton Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	-	-	-	-						
INSS		4.380	6.260	4.380	6.260	Life Park Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	16.157	-	-	-						
CSLL		156	2.527	247	2.548	Manoel da Nobrega Empreendimentos Imobiliários Ltda.		67	400	67	400	-	-						
IRRF		926	150	966	151	Marine Home Sea Empreendimentos Imobiliários Ltda.		3.777	-	-	-	-	-						
Outros		828	143	1.894	153	Minnesota Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	30	-	-	-						
<b>Total</b>		<b>6.524</b>	<b>17.488</b>	<b>7.853</b>	<b>17.682</b>	Oakland Empreendimentos Imobiliários Ltda.		870	84	-	-	24	-						
A Companhia no decorrer do ano de 2021, conseguiu a homologação no montante de R\$ 4.223 dos impostos a recuperar por meio de pedidos de restituições e teve o seu pedido indeferido no montante de R\$ 7.616 referente a restituição de imposto de renda e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.																			
<b>11.2. Obrigações tributárias a recolher</b>		Controladora		Consolidado															
		2021	2020	2021	2020														
Imposto de renda		-	-	771	792	PKA Osasco Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	5	-	5	-						
Contribuição social		-	-	466	347	Premmio Vila Nova Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	3.720	-	-	-						
RET a recolher		-	-	1.326	2.110	Pyps Reserva da Serra Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	-	-	1.100	-						
COFINS		35	10	146	93	Quadra 43 Empreendimentos Imobiliários Ltda.		66	22	66	22	-	-						
PIS/PASEP		7	2	31	20	Sacramento Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	6.525	-	-	-						
Imposto s/ Serviços		86	44	231	130	SPE Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários Ltda.		561	1.402	561	1.493	-	-						
Impostos retidos de terceiros		57	92	728	676	Tacoma Empreendimentos Imobiliários Ltda.		2.247	1.053	-	-	-	-						
Parcelamentos Especiais		-	-	272	-	Times Klabin Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	1.033	-	-	-						
<b>Total</b>		<b>185</b>	<b>148</b>	<b>3.971</b>	<b>4.168</b>	Tom Pq São Domingos Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	4.208	-	-	-						
11.3. Impostos diferidos: O imposto de renda, a contribuição social, o PIS e o COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina a tributação conforme o recebimento das vendas de imóveis – Instrução Normativa nº 84/79 da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), e a apropriação do lucro imobiliário conforme descrito na nota explicativa nº 2.5.2. Abaixo simples resumo dos saldos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:																			
Passivo		Controladora		Consolidado															
		2021	2020	2021	2020														
PIS/COFINS		-	-	4.880	5.007	Topka Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	580	-	-	-						
IRPJ		-	-	2.933	2.972	Union Mooca Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	3.050	-	-	-						
CSLL		-	-	1.539	1.576	Corsega Participações Ltda.		-	-	2.000	5.049	-	-						
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.352</b>	<b>9.555</b>	Gmr Gradual Realty		-	-	-	-	-	-						
Circulante		-	-	6.514	5.255	Caviuna Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	-	-	-	-						
Não circulante		-	-	2.838	4.300	ST Vila Mariana Em/Villagio 24		325	575	325	575	-	-						
<b>12. Partes Relacionadas</b> – Abaixo resumo das partes relacionadas ativas e passivas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:																			
Nome		Controladora		Consolidado															
		2021	2020	2021	2020														
Outros		-	-	-	753	ST Campo Belo /Villagio SPE 4		1.151	-	1.151	-	-	-						
ST Pinheiros Empr /Villagio 26		2.249	3.499	2.249	3.499	Kallas Mofarrej II – Lodz		450	6.445	-	-	-	-						
Arcansas Empreendimentos Imobiliários Ltda.		935	472	-	-	Kallas Mofarrej II – Le Havre		2.796	18.757	-	-	-	-						
Kallas Arkhes Incorp. e Constr. S.A.		2.411	54.413	-	-	Ther Gold Partic. e Adm. S.A.		-	-	3.045	-	3.046	-						
Iguarassu Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	4.937	2.817	RB Capital Realty		-	-	-	1.190	1.190	-						
Kallas Argos Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	80	-	-	Kallas Sky House Empr. Imob. Ltda.		43	-	-	-	-	-						
Kallas Cuiaba Empreendimentos Imobiliários Ltda.		259	219	-	-	Quadra 43 B Empreendimentos Imobiliários Ltda.		23	-	23	-	-	-						
Kallas Moema Empreendimentos Imobiliários Ltda.		410	337	-	-	Hesa 146 Empreendimentos Imobiliários Ltda.		372	-	372	-	-	-						
Kallas Mofarrej II Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	4.432	-	-	<b>Total do Passivo</b>		<b>27.274</b>	<b>101.393</b>	<b>15.062</b>	<b>29.253</b>	-	-						
Kallas Porto Maravilha Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	194	-	194	A Companhia participa do desenvolvimento de Empreendimentos de incorporação imobiliária com outros parceiros de forma direta ou por meio de partes relacionadas. As origens e aplicações de recursos são destinados a financiar os Empreendimentos e estão refletidas nesses saldos, com observação do respectivo percentual de participação de cada investidor, os quais não estão sujeitos a atualização ou encargos financeiros de cada investidor e não possuem vencimento predeterminado. O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos Empreendimentos, nos quais se encontram aplicados os recursos, são de 24 a 36 meses. No exercício de 2021 a Companhia aumento e reduziu o capital com valores de partes relacionadas e distribuição de dividendos destinados em suas respectivas controladas e controladas em conjunto, conforme demonstrado e mencionado na nota explicativa nº 8. A Companhia apresentou saldos de receitas e custos com partes relacionadas como demonstrado abaixo:													
Kallas Prata Empreendimentos Imobiliários Ltda.		20	30	-	-	<b>12.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração:</b> Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controles das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). No exercício de 31 de dezembro de 2021 houve pagamento e benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos, bônus e outros no valor de R\$ 3.934 (R\$2.444 em 31 de dezembro de 2020), relacionados a seguir:													
Kallas Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	20	-	-			2021		2020									
Kallas Sky House Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	1.314	-	-	Salários		3.733	2.319	-	-	-	-						
Kallas Tebas Empreendimentos Imobiliários Ltda.		86	51	-	-	Benefícios		185	115	-	-	-	-						
Kallas Vila Madalena Empreendimentos Imobiliários Ltda.		25	315	25	315	Outros		16	10	-	-	-	-						
Kazzas Incorporações e Construções Ltda.		22.331	36.717	-	-			3.934	2.444	-	-	-	-						
Lawton Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	280	-	-	Em caso de remuneração, os efeitos são reconhecidos como despesas gerais e administrativas. <b>13. Provisões para Riscos:</b> Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis, em discussão. As provisões para riscos tributários são consideradas suficientes para a cobertura de eventuais questionamentos acerca de critérios utilizados para cálculo dos impostos federais. O critério utilizado para estimativa de perda baseia-se na legislação aplicável, nos precedentes jurisprudenciais, assim como no entendimento, a juízo dos consultores jurídicos e da administração, da melhor doutrina. E estão classificadas como: • Provável – os eventos futuros que provavelmente ocorrerão. • Possível – os eventos futuros que possivelmente ocorrerão, mas com menos chances que os prováveis e mais chances que os remotos. • Remoto – os eventos futuros com menos chances de ocorrerem. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as movimentações nas provisões para contingências estão resumidas a seguir:													
Long Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	2	-	-	<b>Processos</b>		Controladora		Consolidado									
Marine Home Sea Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	1.104	-	-			2021	2020	2021	2020								
New Orleans Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	18	-	-	<b>cíveis</b>		6.846	1.231	1.487	9.564								
Nova Jersey Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	40	-	-	<b>Trabalhistas</b>		4.290	6.319	-	10.609								
Offices Boutique Klabin Empreendimentos Imobiliários Ltda.		36	243	-	-	<b>Tributários</b>		(842)	(515)	-	(1.357)								
PKA Osasco Empreendimentos Imobiliários Ltda.		986	-	986	-	<b>Total</b>		10.294	7.035	1.487	18.816								
Pyps Reserva da Serra Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	630	330	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		19.701	1.231	1.491	22.423								
Raphael Esper Kallas		-	110	-	110	<b>Adições</b>		5.132	9.001	-	14.133								
Sacla Empreendimentos Imobiliários Ltda. Ltda		-	397	-	397	<b>Reduções</b>		(10.593)	(3.177)	-	(13.770)								
Sacramento Empreendimentos Imobiliários Ltda.		193	-	-	-	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		14.240	7.055	1.491	22.786								
Shopping Patio Pinda		-	56	-	56	<b>Adições</b>		5.069	14.289	1	19.359								
Thiago Esper Kallas		-	271	-	271	<b>Reduções</b>		(6.259)	(1.900)	-	(8.159)								
Virginia Empreendimentos Imobiliários Ltda.		19	19	19	19	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		13.050	19.444	1.492	33.986								
Vista Bela Empreendimentos Imobiliários Ltda.		287	52	-	52	A Companhia e suas controladas tem conhecimento, em 31 de dezembro de 2021, de processos e riscos cíveis, trabalhistas e tributários "atribuídos em sua grande parte a ações trabalhistas, prestadores de serviços, discussão tributária de análise fiscal e ações de clientes". Com base no histórico dos processos prováveis e análise especí-													
Pyps Bosque da Serra Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	954	954	-														
KV Intermediação de Vendas Ltda.		3.525	700	-	-														
Hemisferio Sul Empreendimentos Imobiliários Ltda.		700	450	-	-														
Hesa 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda.		31	-	31	-														
Ariba Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	1.181	-	-														
Embauba Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	1.535	-														
Taiuva Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	15	-	-														
Brezza Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	515	515														
Soffio Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	25	926														
Ther Gold Participações e Administração S.A.		-	-	10.591	-														
Brixton Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	1	1.848														
Kallas Urbanizadora de Loteamentos Ltda.		977	69	-	-														
Butantã BBJ Empreendimentos Imobiliários Ltda.		-	-	1.353	1.167														
RB Capital Realty		-	-	597	-														

fica das causas principais, a mensuração das demandas com probabilidade de perda estimada como possível foi de R\$ 24.959 (R\$21.422 em 2020), baseado na média histórica de acompanhamento dos processos ajustada a estimativas atuais, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisões para eventuais perdas. Em razão dos procedimentos necessários à abertura do capital, houve a delimitação de quais Empresas da Família Kallas entraria no Grupo Kallas e quais ficariam de fora da Companhia. Com isso, em 2020, a contingência judicial levava em conta a provisão de possível com base na somatória de todas as Empresas da Grupo Kallas.

**13.1. Depósitos judiciais**

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Processos cíveis (a) e (b)		10.933	10.564	12.692	11.944
Processos trabalhistas		221	259	239	301
Processos tributários		910	-	2.762	-
Outros		-	-	4	-
<b>Total de depósitos judiciais</b>		<b>12.064</b>	<b>10.823</b>	<b>15.697</b>	<b>12.245</b>
Circulante		1.560	259	5.193	1.681
Não circulante		10.504	10		

... continuação

(i) Refere-se a baixa do pedido indeferido de restituição de Imposto de Renda e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS no montante de R\$ 7.616.

18. Resultado Financeiro	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Resultado Financeiro</b>				
Receita de Aplicação Financeira	2.586	400	6.395	789
Varição Monetária Ativa	30	771	3.622	5.933
Correção Monetária Ativa	-	-	2.628	5.344
Juros sobre Contas a Receber (i)	13	1	15.933	328
<b>Total</b>	<b>2.629</b>	<b>1.172</b>	<b>28.578</b>	<b>12.394</b>

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Varição Monetária Passiva	(15)	(2)	(2.692)	(1.652)
Juros sobre Financiamento de Construção	-	-	(2.845)	(2.472)
Juros sobre Capital de Giro	(2.953)	(14)	(2.953)	(14)
Juros sobre Debêntures	(5.896)	-	(5.896)	-
Descontos Concedidos	-	(53)	(2.516)	(1.615)
Outras Despesas	(191)	(56)	(416)	(789)
<b>Total</b>	<b>(9.055)</b>	<b>(125)</b>	<b>(17.318)</b>	<b>(6.542)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(6.426)</b>	<b>1.047</b>	<b>11.260</b>	<b>5.852</b>

(i) Refere-se aos juros de 12% ao ano mais correção monetária pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) das unidades concluídas financiadas diretamente pela Companhia. **19. Reconciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social** – A reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	65.927	64.830	90.535	75.480
(x) Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social	(22.415)	(22.042)	(30.782)	(25.663)
Efeito de impostos sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	46.703	31.148	9.990	2.285
Efeito da tributação pelo lucro presumido ou pelo patrimônio de afetação (RET)	-	-	33.043	23.634
Créditos fiscais (não) constituídos	(24.288)	(9.106)	(25.339)	(9.431)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(13.088)	(9.175)
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	-	-	(13.199)	(8.165)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	-	-	111	(1.010)
Alíquota efetiva	-	-	14,46%	12,16%

**20. Empreendimentos em Construção – Informações e Compromissos – Consolidado:** Conforme descrito na nota explicativa nº 2.5.3, estão demonstrados a seguir os valores totais das operações de incorporação imobiliária de venda de unidades em construção, que incluem os montantes já realizados e apresentados nas contas patrimoniais e os montantes ainda não registrados, em virtude do critério de reconhecimento da receita aplicável às atividades imobiliárias. Em atendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPC 01 e ao Ofício Circular CVM/SEP 02/2018, os valores de receitas reconhecidas e dos custos incorridos estão apresentados na demonstração de resultados, e os adiantamentos recebidos estão apresentados nas rubricas "credores por aquisição de imóveis" e "adiantamentos de clientes" (vide nota explicativa nº 14). As informações acerca dos Empreendimentos em construção em 31 de dezembro de 2021 são como segue: a) Operações imobiliárias contratadas a apropriar das obras em andamento acumulado.

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de Vendas a Apropriar de Unidades Vendidas		
(+) Receita bruta total de vendas	603.292	472.820
(-) Receita bruta total apropriada	(287.127)	(285.043)
<b>(=) Saldo de receita a apropriar (a)</b>	<b>316.165</b>	<b>187.777</b>
(+) Custo total dos imóveis vendidos	398.671	314.709
(-) Custo total apropriado	(185.240)	(189.310)
<b>(=) Saldo de custo a apropriar (b)</b>	<b>213.431</b>	<b>125.399</b>
<b>Resultado a apropriar (a – b)</b>	<b>102.734</b>	<b>62.378</b>

b) Compromissos com custos orçados e ainda não ocorridos, referente às unidades vendidas:

	Consolidado	
	2021	2020
Valores não refletidos nas demonstrações financeiras		
12 meses	127.263	96.435
Acima de 12 meses	86.168	28.964
<b>Total</b>	<b>213.431</b>	<b>125.399</b>

**21. Instrumentos Financeiros** – A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros Ativos de risco. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

	Controladora		Consolidado		Classificação
	2021	2020	2021	2020	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	24.501	79.537	193.667	122.250	Custo amortizado
Contas a receber	1.069	651	265.247	235.017	Custo amortizado
Partes relacionadas	48.877	107.100	30.902	18.053	Custo amortizado
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	20.532	40.014	145.332	161.054	Custo amortizado
Debêntures	152.102	-	152.102	-	Custo amortizado
Fornecedores	4.142	662	25.061	11.425	Custo amortizado
Distratos a pagar	-	-	5.891	5.324	Custo amortizado
Permuta Financeira	-	-	56.730	17.000	Custo amortizado
Compra de participação de empresas	8.758	10.036	8.758	10.036	Custo amortizado
Valores a pagar com partes relacionadas	27.274	101.393	15.062	29.253	Custo amortizado

A operação da Companhia está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos: **a) Considerações sobre riscos:** (i) **Risco de crédito:** A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas em face da existência de garantia real, representada pela unidade imobiliária, de recuperação das unidades residenciais comercializadas nos casos de inadimplência durante o período de construção. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. (ii) **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de

**Kallas Incorporações e Construções S.A.**

recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Sobre as contas a receber de incorporação é utilizada a taxa do Índice Nacional de Construção Civil (INCC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). (iii) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos. Os vencimentos dos instrumentos financeiros que impactam a liquidez da Companhia são conforme segue:

Controladora	2021			2020		
	Empréstimos	Debêntures	Fornecedores	Empréstimos	Debêntures	Fornecedores
Até 1 ano	9.730	4.221	4.142	10.825	662	-
De 2 a 3 anos	10.802	28.917	-	29.189	-	-
De 4 a 5 anos	-	118.964	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>20.532</b>	<b>152.102</b>	<b>4.142</b>	<b>40.014</b>	<b>662</b>	<b>-</b>

**b) Gestão do capital social:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos Empréstimos. O cálculo do índice de alavancagem, definido como o quociente da divisão entre o patrimônio líquido pela dívida líquida é como segue:

Operação	Indexador	Base	Taxa esperada	Cenários	
				- Alta	- Queda
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)		172.634	40.014	297.434	161.054
(-) Caixa equivalentes de caixa e títulos mobiliários (Nota 5)		(24.501)	(79.537)	(193.667)	(122.250)
Dívida Líquida		148.133	(39.523)	103.767	38.804
Patrimônio Líquido		706.941	643.630	798.100	711.838
Alavancagem		20,95%	(6,14%)	13,00%	5,45%

**Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 descreve os riscos que podem gerar variações materiais no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros: (a) Aplicações financeiras, Empréstimos e financiamentos indexados ao CDI. (b) Empréstimos e financiamentos indexados à Taxa Referencial (TR). (c) Contas a receber, Empréstimos e financiamentos, indexados ao Índice Nacional de Construção Civil e Índice Geral de Preços do Mercado (INCC e IGP-M). O cenário considerado foi Provável: mais provável, avaliação da Administração conforme descrita no quadro abaixo.

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receitas:** A Companhia reconhece a receita com venda de imóveis durante a execução das obras com previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18, conforme descrito nas notas explicativas nº 2.1 e nº 2.5.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos utilizados pela Companhia envolvem o uso de estimativas para o cálculo da apropriação imobiliária, por exemplo, prever os custos a serem incorridos até o final das obras e a medição da evolução destas. Consequentemente, o assunto foi foco de nossa auditoria pelo risco de tais estimativas relacionadas ao custo orçado utilizarem pressupostos subjetivos que podem ou não se concretizar, bem como pela relevância dos valores envolvidos. Dessa forma, identificamos o processo e as atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia e efetuamos procedimentos de auditoria, que incluem: (i) Entendimento, avaliação do ambiente de controles internos e testes de efetividade das atividades de controles relacionadas ao processo

do empreendimento ao qual se destina, e a incapacidade de preservar as margens anteriormente projetadas para as respectivas incorporações. **22. Transações que não Afetaram Caixa e Equivalentes de Caixa** – As transações que não afetaram caixa e as demonstrações de fluxo de caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstradas abaixo: **Controladora:** As transações de Investimentos, dividendos e partes relacionadas mencionadas na nota explicativa n. 8 não tiveram efeito caixa, exceto pelos empreendimentos onde houve a venda de participação.

	Consolidado	
	2021	2020
Aquisição de terrenos por meio de permutas	34.184	39.579
Arrendamento mercantil	-	4.867
Juros e encargos financeiros não realizados, líquidos	4.443	-

**23. Informação por Segmento** – A Administração da Companhia segregou os produtos de incorporação de acordo com os tipos de padrões e valores do mercado do ramo de incorporação imobiliária, desde o segmento de baixa renda, econômico, médio e alto padrão, com o objetivo de analisar o lucro bruto e os retornos dos investimentos nestes Empreendimentos. Assim como mencionado na nota explicativa nº 2.5.6, devido ao compartilhamento das estruturas e dos custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia e suas controladas, as mesmas não são gerenciadas como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. A seguir, é apresentada uma análise das receitas e dos custos da Companhia por segmento em 2021 e de 2020:

	2021		
	Kazzas Incorp Consolidado	Kallas Arkhes Consolidado	Consolidado
Receita líquida de vendas e serviços	172.426	316.533	488.959
(-) Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados	(108.398)	(171.172)	(279.570)
<b>(=) Lucro bruto</b>	<b>64.028</b>	<b>145.361</b>	<b>209.389</b>
Equivalência patrimonial	-	-	29.383
Resultado operacional	-	-	(159.497)
Resultado financeiro líquido	-	-	11.260
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(13.088)
<b>Lucro líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77.447</b>

**24. COVID-19** – Diante do cenário que estamos vivenciando desde o mês de março de 2020, em decorrência da pandemia do coronavírus ("COVID-19"), a Companhia sempre teve como uma de suas principais preocupações, a segurança e o bem-estar de seus colaboradores, clientes e prestadores de serviço. Neste sentido, antes mesmo das autoridades oficiais determinarem a quarentena, a Companhia providenciou com extrema rapidez e profissionalismo, equipamentos e condições para que a totalidade dos colaboradores alocados no escritório, pudessem exercer suas atividades remotamente. Atualmente a Companhia permanece com sistema híbrido, onde alguns colaboradores permaneceram em trabalho remoto e outros, não incluídos em grupo de risco, estão trabalhando presencialmente. Adequamos nosso escritório aos protocolos sanitários e estamos realizando periodicamente a testagem de colaboradores com suspeita de COVID. Continuaremos atentos às melhores práticas sanitárias e ao cuidado da saúde de nossos colaboradores. Na totalidade das obras, as quais tiveram seu regular funcionamento, foram adotadas as recomendações divulgadas pelos protocolos do setor, tendo a Companhia, inclusive, contratado um médico que vem realizando exames individuais, em todas as equipes de produção, para identificação de eventuais focos de contágio, bem como imediata implantação do que venha ser cabível, tanto em relação às práticas médicas como na orientação sobre higiene, distanciamento social e cuidados no deslocamento entre as residências e obras. Assim, dentre os diversos procedimentos implantados nas obras, destacam-se: testes de COVID-19 para os funcionários, afastamento temporário dos colaboradores enquadrados em grupo de risco, uso obrigatório de máscaras em todos os ambientes, medição de temperatura corporal na entrada e durante a jornada, disponibilização de álcool gel, intensificação na higienização dos canteiros, restrição do número de colaboradores nos refeitórios e vestiários, instituição de turnos alternados para entradas e saídas dos funcionários, a fim de evitar também a utilização de transporte público em horário de pico. A Companhia vem monitorando o número efetivo de colaboradores nas obras e constatou que, acima de 98% dos trabalhadores permaneceram no curso normal de suas atividades, garantindo, assim, o bom andamento do cronograma de produção dos Empreendimentos. Todas as obras com data de entrega prevista para 2021 foram concluídas no prazo. Os efeitos econômicos da pandemia e segunda onda de avanço do vírus continuaram a serem verificados na comercialização das unidades que, em razão do fechamento dos estandes de vendas e das incertezas sobretudo na manutenção da atividade econômica do país, ainda provocaram um impacto no primeiro semestre de 2021. Porém, tal impacto foi inferior ao que verificamos durante os períodos de restrições em 2020. Tivemos retomada gradual nas atividades comerciais presenciais entre os meses de abril e maio de 2021, com a reabertura dos estandes para visitação a partir de 18 de abril de 2021. A esteira de aprovações de projetos e respectivos lançamentos continuam a ser impactados pelos efeitos da pandemia. Os órgãos públicos, apesar de se adequarem ao novo cenário de trabalho remoto, ainda trabalham com um atraso nas análises e por consequência impactam nossas datas de lançamento. Com relação ao fluxo de recebimentos das unidades já vendidas, continuamos com as negociações e analisamos cada caso, objetivando, sobretudo, sermos solidários ao momento enfrentado pelos clientes e, consequentemente, evitar o distrato das unidades. Quanto a este aspecto, no ano, tivemos um volume de distratos apresentando estabilidade em relação ao indicador percentual sobre vendas brutas, mostrando que nossos esforços para manutenção das unidades vendidas e renegociações realizadas durante a pandemia foram bem-sucedidas. A Administração da Companhia acredita que mantendo a condução de seu negócio com diligência e responsabilidade, continuará apta a criar soluções e a apresentar produtos inovadores, diferenciados e superiores na qualidade. Não foram identificadas outras alterações operacionais, bem como, impactos nas estimativas assumidas e/ou outros riscos adicionais de mercado. **25. Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas** – Em 8 de março de 2022, o Conselho da Administração aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou a sua divulgação.

**Diretoria**  
**Emílio Rached Esper Kallas** – Diretor Presidente  
**Juliana Zambotti** – Contadora CRC 1SP 168.613/O-6



... continuação

conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de

**Kallas Incorporações e Construções S.A.**

suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.** • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e

consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de março de 2022.  
**Deloitte Touche Tohmatsu**  
 Auditores Independentes Ltda.  
 CRC nº 2SP 011.609/O-8

São Paulo, 8 de março de 2022.  
**Ribas Gomes Simões**  
 Contador  
 CRC nº 1SP 289.690/O-0

**Deloitte.****Ecozona Ambiental S.A.**

CNPJ/ME nº 43.476.304/0001-32 – NIRE 35.300.576.713

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2022**

**Local, horário e data:** na sede social da Ecozona Ambiental S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.546, conjunto 121, Sala O, Parte, Consolação, CEP 01228-200, às 10 horas, do dia 14 de fevereiro de 2022 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** convocação dispensada, de acordo com o artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, face à presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas nesta Ata e em livro próprio. **Mesa:** Presidente: **Damaris Zancanaro**; Secretário: **Giuseppe Pinelli**. **Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre a segunda emissão, pela Companhia, de debêntures conversíveis em ações da espécie quirográfrica em série única para distribuição privada ("Emissão"); (ii) autorizar a Diretoria da Companhia, na hipótese de aprovação da Emissão, a celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes à realização da Emissão; e (iii) ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações (i) e (ii). **Deliberações:** após a discussão da matéria constante da Ordem do dia, os acionistas representando a totalidade das ações da Companhia, sem quaisquer ressalvas, aprovaram as seguintes matérias: 1. A emissão de 1 (uma) debênture ("Debênture"), a ser integralmente subscrita e integralizada pela Ecozona Participações Ltda., sociedade empresária limitada unipessoal, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.546, conjunto 121, Sala O, Consolação, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/ME sob nº 42.566.934/0001-35 ("Debenturista"), pelo valor total de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em moeda corrente nacional ("Emissão"). A referida Emissão deverá ser realizada sob os seguintes termos e condições básicas e de acordo com o respectivo Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica em Série Única, da Companhia ("Escritura"): (i) **Número da Emissão.** A Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia. (ii) **Valor Total da Emissão.** O valor total da Debênture será de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na Data de Emissão. (iii) **Valor Nominal.** A Debênture terá um valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). (iv) **Quantidade e Série.** 1 (uma) única Debênture será emitida na Data de Emissão em uma única série. (v) **Espécie.** A Debênture será da espécie quirográfrica. (vi) **Convertibilidade.** O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), somado à Remuneração e demais encargos, poderá ser convertido em ações ordinárias de emissão da Emissora ("Ações"), de acordo com o Artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações ("Conversão"). (a) A Conversão será facultativa, podendo ocorrer a qualquer tempo e a critério único e exclusivo do Debenturista, englobando o valor total em aberto do saldo devedor do Valor Nominal Unitário e da Remuneração, e ocorrerá mediante comunicação por meio de notificação escrita aos acionistas da Emissora e à Emissora ("Notificação de Conversão"), informando sua intenção de converter o valor em aberto do saldo devedor em Ações. O envio da Notificação de Conversão pelo Debenturista será, para todos os fins, a prova legal suficiente do exercício da Conversão. (b) A Conversão ocorrerá quando do envio da Notificação de Conversão. (c) Após o recebimento da notificação de solicitação, a Emissora e os seus acionistas deverão realizar todos os atos necessários à emissão das respectivas Ações, imediatamente após o recebimento da Notificação de Conversão. (d) No momento da conversão, a Debênture será convertida em 10.000.000 (dez milhões) de Ações de emissão da Emissora. (e) Mediante a Conversão, a debênture objeto da Conversão será cancelada. (f) Os procedimentos legais para a integração do Debenturista ao quadro societário da Emissora deverão ser finalizados em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da Notificação da Conversão, podendo ser prorrogado mediante mútuo acordo entre as Partes ou em decorrência de exigências das autoridades públicas. (vii) **Destinação dos Recursos.** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados integralmente para o financiamento do capital de giro e outras atividades usuais da Emissora. (viii) **Garantias.** A Debênture não possui garantias. (ix) **Prazo e Data de Vencimento.** A amortização do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) deverá ser pago pela Emissora em 1 (uma) parcela, com vencimento no 5º (quinto) ano após a Data de Integralização (ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada da Debênture, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado, do Resgate Antecipado Facultativo, do Resgate Antecipado Compulsório Total ou da Conversão, nos termos a serem previstos na Escritura). (x) **Atualização Monetária e Remuneração.** A Debênture não será atualizada monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) incidirão juros remuneratórios de 12% (doze por cento) ao ano. (xi) **Vencimento Antecipado.** O Debenturista terá o direito de declarar antecipadamente vencidas e exigir o pagamento imediato pela Companhia do Valor Nominal Unitário da Debênture (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração devida até a data em que seja declarado o vencimento antecipado, nas hipóteses a serem previstas na Escritura. (xii) **Pagamentos.** Todos os pagamentos devidos nos termos da Debênture deverão ser realizados pela Emissora para o Debenturista, em moeda corrente nacional, por meio de transferência de recursos imediatamente disponíveis para a conta bancária indicada pelo Debenturista. (xiii) **Forma.** A Debênture será da forma nominativa, sem a emissão de cautelares ou certificados. A titularidade da Debênture será primeiramente comprovada pelo Boletim de subscrição devidamente assinado e, após eventual transferência de propriedade, por anotação no mesmo, que deverá incluir o nome do adquirente. (xiv) **Data de Emissão.** A data de emissão da Debênture será 16 de fevereiro de 2022 ("Data de Emissão"). (xv) **Data de Subscrição.** A Debênture será integralmente subscrita na Data de Emissão. (xvi) **Subscrição.** A Debênture será subscrita pelo Debenturista via assinatura do Boletim de Subscrição, que fará prova de titularidade da Debênture pelo Debenturista, permitindo-o exercer todos os seus direitos decorrentes da Debênture. (xvii) **Integralização.** A integralização da Debênture será realizada pelo Debenturista por meio de transferência de recursos imediatamente disponíveis para a conta corrente a ser expressamente indicada pela Companhia, em uma única parcela na Data de Emissão. (xviii) **Negociação.** A Debênture poderá ser negociada e transferida a terceiros, total ou parcialmente, desde que a oferta e a negociação sejam realizadas de forma privada, sem esforços de venda realizados por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, para o público em geral, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. (xix) **Escritura de Emissão.** Todos os demais termos e condições específicos relacionados à Emissão serão tratados detalhadamente na Escritura. 2. Autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos e quaisquer documentos, e seus eventuais aditamentos, conforme o caso, e praticar todos os atos necessários ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas sem limitação, a celebração da Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos. 3. Ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76, que lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: **Damaris Zancanaro**; Secretário: **Giuseppe Pinelli**. **Acionistas:** **Damaris Zancanaro** e **Ecozona Participações Ltda.** (representada por **Giuseppe Pinelli**). Declaro que a presente é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 14 de fevereiro de 2022. Mesa: **Damaris Zancanaro** – Presidente; **Giuseppe Pinelli** – Secretário. Acionistas: **Damaris Zancanaro**; **Ecozona Participações Ltda.** Por: **Giuseppe Pinelli**, Cargo: Diretor.

**BRVias Holding TBR S.A.**

CNPJ/MF nº 09.347.081/0001-75 – NIRE 35.300.352.165

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2022**

**1. Data, Local e Hora:** Aos 11 dias do mês de fevereiro de 2022, às 11:30 horas, por videoconferência, em razão do Decreto nº 69.420/2020 do Estado de São Paulo que restringe atividades empresariais presenciais como medida de contenção da Covid-19. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu o Sr. José Garcia Neto para secretária-4. **4. Ordem do Dia:** Nos termos do artigo 19, inciso XII, do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre: a) A prestação de garantia pela Companhia no Contrato de Arrendamento Mercantil a ser celebrado por sua Controlada Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") com a HP Financial Services Arrendamento Mercantil S/A ("HP"), denominado Contrato de Arrendamento Mercantil nº 5306581600284293BRA3 ("Contrato 5306581600284293BRA3"), para aquisição dos seguintes bens/serviços: (i) 20 (vinte) Equipamentos de Rede HPE, Aruba (Aruba AP-505 (RW) Unified AP); (ii) 02 (dois) Equipamentos de Rede HPE, Aruba (AP-MNT-MP10-D Campus AP Mount Bracket Kit (10-Pack)); e (iii) Instalação dos mesmos, conforme obrigações contratuais. **5.2.** O tema aprovado no item 5.1 acima, foi apresentado aos membros do Conselho de Administração, nos termos do material informativo que foi previamente disponibilizado aos Conselheiros, cuja cópia seguirá arquivada na sede da Companhia. **5.3.** Em razão da aprovação acima, autorizar que a Diretoria da Companhia pratique todas as providências necessárias para a implementação da matéria aprovada, incluindo a assinatura de instrumentos específicos. **5.4.** Considerando que a presente reunião foi realizada por videoconferência, o Conselho de Administração autoriza que a presente ata seja assinada digitalmente pelo secretário e arquivada com as manifestações de aprovação por e-mail dos membros do Conselho de Administração. **5.5.** Por fim, restou deliberado que todo o material de suporte anexo à presente reunião deverá ser rubricado pelo advogado Companhia e secretário da reunião, Sr. José Garcia Neto. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi assinada pelo Secretário, tendo em vista sua realização por videoconferência. São Paulo, 11 de fevereiro de 2022. Assinaturas: **Carlo Alberto Bottarelli** – Presidente/Conselheiro; **José Garcia Neto** – Secretário; **João Villar Garcia** – Conselheiro; **Roberto Solheid da Costa de Carvalho** – Conselheiro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 123.199/22-0 em 07/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Lazam-MDS Corretora e****Administradora de Seguros S.A.**

CNPJ/MF nº 48.114.367/0001-62 – NIRE 35.300.335.228

**Ata de Reunião do Conselho de Administração**

**1. Data, hora e local:** Em 31 de janeiro de 2022, às 10:00 horas, na sede social, em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, sala 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070. **Presença:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração: José Manuel Queirós Dias da Fonseca, Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos, José Diogo Carneiro de Araújo e Silva, sendo dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 5º do artigo 17 do Estatuto Social. **Mesa:** Presidente José Manuel Queirós Dias da Fonseca, Secretário: José Diogo Carneiro de Araújo e Silva. **2. Ordem do Dia:** (a) tomar conhecimento da renúncia apresentada pelo Diretor **Gustavo Cruz Quintão**; (b) eleição do Diretor; (c) reeleição dos Diretores. **3. Resumo das Deliberações:** a) Os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento da carta de renúncia apresentada pelo Diretor: Sr. **Gustavo Cruz Quintão**, brasileiro, casado em Regime da Comunhão Parcial de Bens, médico, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.176.886-73, portador da Cédula de Identidade RG nº 6592861, MG, CNH registrada sob o nº 01318945346, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, sala 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070; (b) aprovaram a eleição do Diretor, Sr. **Paulo Maurício Fernandes Loureiro**, brasileiro, casado, em Regime de Comunhão Parcial de Bens, advogado, inscrito OAB RJ 151778, inscrito no CPF sob o nº 053.383.937-86, portador da Cédula de Identidade RG nº 13014310-0 IFF; (c) em decorrência das deliberações acima, são reeleitos os Diretores a seguir, ficando a diretoria assim composta: **Diretor Superintendente Sr. Ariel Yanitchkis Couto**, brasileiro, casado, em Regime de Separação de Bens, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.799.217-11, RG nº 096.50802-3 IFF; **Diretores:** Sr. **Paulo Maurício Fernandes Loureiro**, brasileiro, casado, em Regime de Comunhão Parcial de Bens, advogado, inscrito OAB RJ 151778, inscrito no CPF sob o nº 053.383.937-86, portador da Cédula de Identidade RG nº 13014310-0 IFF; Sr. **Thomaz Tesouro**, brasileiro, casado, pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 22605329852, portador da Cédula de Identidade RG nº 290592379 IFF; Sr. **Thiago Teixeira Tristão**, brasileiro, casado em Regime da Comunhão Parcial de Bens, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.317.167-65, portador da Cédula de Identidade, RG nº 117.546.010DICRJ, todos residentes e domiciliados em São Paulo SP, com escritório na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, sala 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070; b) Todos eleitos com mandato de dois anos. **4. Declaração de Desimpedimento:** A Diretoria eleita declarou, para os devidos fins e especialmente para os propósitos do disposto no Artigo 147, parágrafo 1º da Lei nº 6404/76, não estar desimpediada por Lei especial, e nem condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Referida declaração de desimpedimento encontra-se arquivada na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes que a subscrevem: José Manuel Queirós Dias da Fonseca-Presidente da mesa, José Diogo Carneiro de Araújo e Silva – Secretário. Conselheiros: José Manuel Queirós Dias da Fonseca, Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos, José Diogo Carneiro de Araújo e Silva. São Paulo, 31 de janeiro de 2022. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. José Diogo Carneiro de Araújo e Silva – Secretário.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 121.644/22-4 em 04/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**DÓLAR**

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,0088 / R\$ 5,0094 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0090 / R\$ 5,0110 \*

Turismo - R\$ 5,0130 /

R\$ 5,1870

(\*) cotação média do mercado

(\*\*) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -0,77%

**OURO BM&F**

R\$ 320,000

**BOLSAS**

B3 (Ibovespa)

Variação: 2,43%

Pontos: 113.900

Volume financeiro:

R\$ 36,235 bilhões

Maiores altas: CVC Bra-

sil ON (16,97%), Natura

ON (16,25%), Banco

Inter UNT (15,18%)

Maiores baixas: PetroRio

ON (-6,44%), Vale ON

(-6,24%), 3R Petroleum

ON (-4,35%)

S&amp;P 500 (Nova York):

2,57%

Dow Jones (Nova York):

2,00%

Nasdaq (Nova York):

3,60%

CAC 40 (Paris): 7,13%

Dax 30 (Frankfurt):

7,92%

## Negócios

### Herdeira assume comando da Zara em meio à guerra e à pandemia



O próximo dia 1º de abril marca a mudança de comando de uma das gigantes do vestuário global: a Inditex, dona da Zara, volta a ser guiada por um membro da família fundadora. Entra Marta Ortega, 38 anos, filha caçula do criador da Zara, Amancio Ortega. Sai Pablo Isla, 58, o executivo que esteve à frente da companhia nos últimos 11 anos, período em que o valor de mercado da Inditex saltou seis vezes, para cerca de 71 bilhões de euros.

O mercado ficou apreensivo com a mudança de controle, anunciada em 30 de novembro do ano passado. Naquele pregão, as ações da Inditex na Bolsa de Madri

recuaram mais de 6%. Desde o anúncio até o último dia 4, os papéis da companhia acumulam perda de 27% - período em que o Índice Geral da Bolsa de Valores de Madri caiu 6,2%.

A grande dúvida é se Marta Ortega, que trabalha na empresa há 15 anos, mas ocupando uma posição discreta, vai dar conta de conduzir o grupo, que passou por duas gestões vencedoras: a do seu pai, Amancio Ortega (que hoje, aos 85 anos, se dedica mais ao mercado imobiliário, por meio do family office Pontegadea), e de Pablo Isla, que já liderou por duas vezes o ranking dos melhores executivos do mundo, da Harvard Business Review.

O desafio é ainda maior neste momento. Embora a empresa tenha conseguido, durante a pandemia, redirecionar as vendas das lojas físicas para o canal online, com a guerra entre Rússia e Ucrânia, as vendas no leste europeu ficam comprometidas. A região é expressiva para a companhia: ao todo, o grupo soma 502 lojas só na Rússia. Na Polônia, principal destino dos refugiados no conflito, a Inditex tem 233 pontos, quase tanto quanto na França, onde soma 270 lojas. Neste sábado (5), a companhia enviou um comunicado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) espanhola, informando a suspensão das suas operações na Rússia.

Daniele Madureira/Folhapress

### Demanda por voos da Azul cresce 20,1% em fevereiro na comparação anual

A Azul informou que o tráfego de passageiros consolidado (RPKs) aumentou 20,1% em fevereiro ante igual mês de 2021, frente a um aumento de 20,7% da capacidade (ASKs), resultando em uma taxa de ocupação de 78,0%, uma redução de 0,4 ponto porcentual comparado com o mesmo período do ano passado.

“Novamente, em fevereiro, vimos a demanda superando os níveis pré-pandemia, permitindo a manutenção racional da nossa capacidade e alavancagem das vantagens competitivas e sustentáveis

da nossa malha e do nosso modelo de negócios”, destaca John Rodgerson, CEO da Azul, em documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No mercado doméstico, a demanda cresceu 7,3% ante um ano, enquanto a oferta subiu 8,9%, com uma taxa de ocupação de 77,4% ou 1,2 ponto porcentual menor que 2021.

No internacional, a demanda cresceu mais de 1000%, enquanto a oferta subiu 781,6%, com a taxa de ocupação ficando em 82,6%, alta de 16,9%.

Estadão Conteúdo



### Credores da Samarco rejeitam nova proposta de reestruturação



Os detentores de títulos da mineradora Samarco, uma joint venture entre a Vale e o grupo BHP, rejeitaram a nova proposta de reestruturação da empresa, conforme um documento judicial arquivado na segunda-feira.

Gestores de fundos como Citadel, Maple Rock, Monda, Oaktree e Solus disseram no documento arquivado por seus advogados que a nova proposta da Samarco “beneficia apenas as acionistas”.

Os credores reclamam do desconto de 75% sobre o valor de face da dívida e dizem que a alternativa de transformar sua dívida em participação acionária não dará direito a voto quando se tornarem acionistas.

Uma assembleia de credores para votar o plano está marcada para quinta-feira. A alternativa de conversão de dívida em capital também é rejeitada pelos detentores de bônus, aponta o documento, porque após uma perda de 55 bilhões de reais (10,8 bilhões de dólares) no ano passado, a Samarco está impedida de pagar dividendos.

O pagamento de dividendos só poderia ser feito depois de zerar os prejuízos acumulados da empresa, afirmam os advogados dos credores no documento. Se a proposta da empresa for rejeitada, os credores podem apresentar um plano alternativo. Vale e BHP já disseram que vão pedir direito de voto na assembleia neste caso.

Reuters